



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 6/2025

Data da Sessão Extraordinária

28 de novembro de 2025

Início

20:30 horas

Termo

22:10 horas



Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo noventa e nove, de dezanove de novembro de dois mil e vinte e cinco. -----

Após apresentar os respetivos cumprimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a tomada de posse do Senhor Virgílio Manuel Rosa André, eleito pela lista da CDU-Coligação Democrática Unitária, como Deputado à Assembleia Municipal. Seguidamente, solicitou à Senhora Segunda Secretária da Mesa para proceder à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais:

- António Luís Fernandes Mendes, Ana Paula Marques Basílio, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Virgílio Manuel Rosa André, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Pedro Manuel Dias Domingos, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Rui Manuel Ferreira, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Vasco Luís Vieira Botelho de Sousa, Pedro Miguel Pedro Caxias, Ângela Sofia Alves Grilo, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Gabriela Alexandra Peixinho Duarte. -----

Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo (Santa Margarida da Coutada), Ana Luísa Cartaxo Manique (Montalvo) e Paulo Gameiro Sena Freitas (Constância). -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos, foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, 1.º Secretário – Ana Paula Marques Basílio, 2.º Secretário – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, o Senhor Vereador João Pedro Costa Amaro Céu, O Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira e pelo o Senhor Vereador José Fernando Guedes Marques. -----

Esteve ainda presente Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico, funcionário da Autarquia. -----

Verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, solicitando à Senhora Primeira Secretária que fizesse a leitura do Edital com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

- 1 - Período reservado à intervenção do público; -----
- 2 - Análise, discussão e eventual aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Constância – Para deliberação; -----



- 3 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de política fiscal para 2026 – IMI, Derrama, IRS e TMDP – Para deliberação; -----
- 4 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de delegação de competência de autorização de Compromissos Plurianuais no Presidente da Câmara Municipal – Ano 2025 – Para deliberação; -----
- 5 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal nº 5/2025 – Para deliberação; -----
- 6 - Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Alteração Modificativa nº 3/2025 – Para deliberação; -----
- 7 - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância na Associação Nacional de Municípios Portugueses; -----
- 8 - Eleição de um Representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----
- 9 - Eleição de um Representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta; -----
- 10 - Eleição de dois Representantes da Assembleia Municipal de Constância para a Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo; -----
- 11 - Eleição de um Representante do Município para integrar o Conselho da Comunidade – ACES do Médio Tejo; -----
- 12 - Eleição de um Representante dos Autarcas de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal; -----
- 13 - Designação de um elemento representante de cada Força Política com assento na Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia; -----
- 14 - Designação de três elementos a indicar pelas três Forças Políticas com representação na Assembleia Municipal de Constância para integrarem o Conselho Municipal de Juventude. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital com a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou, se alguém do público pretendia intervir. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por mencionar a reunião que tinha

tido com os representantes de cada Força Política com assento na Assembleia Municipal, estando o documento de acordo com as alterações propostas. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal, Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que; embora o documento estivesse de acordo com o preconizado na reunião onde tinha estado o representante da sua Bancada, no entanto, pretendia propor que fossem alterados/melhorados os seguintes números, dos seguintes Artigos: N.º 5 do Artigo 14.º, relativo à transmissão das Assembleias em direto, que deveria **ser obrigatório**; - Um novo número no Artigo 19.º, que permitisse uma **segunda intervenção** à resposta, quando não fosse suficientemente clara; - N.º 1 do Artigo 23.º, deveria contemplar uma **dotação de tempo superior** a cada Bancada, nomeadamente, nas discussões de Orçamentos e Prestação de Contas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, que o assunto das transmissões tinha sido discutido na reunião de alteração ao Regimento, tendo na altura dado as explicações pelas quais não tinha sido aceite a obrigatoriedade das transmissões online. No entanto, o Regimento também não excluía a possibilidade, de as mesmas serem transmitidas. Sobre uma segunda intervenção por parte do mesmo munícipe, no período destinado à intervenção do público, referiu que o Regimento permitia em caso de resposta insatisfatória, poder apresentar um requerimento à Mesa, solicitando uma melhor clarificação sobre o assunto apresentado “Art.º19 – 4”. Quanto à alteração de tempos previstos para cada Bancada, era uma questão de gestão por parte das Bancadas, não sendo insensível a uma análise em cada momento. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Regimento da Assembleia Municipal de Constância a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou uma Declaração de Voto, que fica a constar como (ANEXO I) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE POLÍTICA FISCAL PARA 2026 – IMI, DERRAMA, IRS, TMD – PARA DELIBERAÇÃO --

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta apresentada, era idêntica há do ano anterior, ou seja; IMI – 0.30%, com redução em função do número de dependentes; DERRAMA – 1,5% e 0,01%, em função do volume de negócios; IRS – 5%; TMDP – 0,25%. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou as Bancadas que, a discussão do ponto seria em conjunto, podendo as questões apresentadas serem indiscriminadas. No

H
de
M

entanto, as votações seriam em separado. De seguida, questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Ponto a Votação, sendo o mesmo aprovado em todos os itens, por unanimidade. -----

PONTO 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – ANO 2025 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que por uma questão de agilização e celeridade nos processos, a proposta vinha no sentido de ser delegada pela Assembleia Municipal, no Presidente da Câmara Municipal, a autorização para a competência, até ao montante máximo de quinhentos mil euros, nos compromissos plurianuais. No entanto, todas as autorizações naquele capítulo viriam à Assembleia Municipal para conhecimento, através da informação escrita do Presidente. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, baseando-se nos documentos de suporte para a discussão deste ponto, entendia como relevante, já estarem plasmados nos documentos plurianuais os serviços de gestão das ETAR (Estações de Tratamento das Águas Residuais) e, estações elevatórias como já assumidos, no valor de 6.678,00€ (Seis mil seiscentos e setenta e oito euros), em 2025 (Dois mil e vinte e cinco), e 66.780,00€ (Sessenta e seis mil, setecentos e oitenta euros) para 2026 (Dois mil e vinte e seis). As suas dúvidas prendiam-se objetivamente, com a entrega daqueles serviços a uma empresa privada. Pelo conhecimento que tinha, aqueles serviços sempre foram desenvolvidos por um ou dois funcionários do Município. Só em situações excecionais e de último recurso, era chamada uma empresa do exterior, com equipamento próprio e adequado às situações. Em seu entender, era bastante penalizador para o Município a entrega daqueles serviços, cujos valores apresentados eram bastante elucidativos. Em resumo, era sua opinião, que o Município poderia com dois funcionários e algum equipamento próprio, resolver a situação, em vez da adjudicação a uma empresa exterior pelos valores apresentados. A não ser que, os valores apresentados, incluíssem as reparações na ETAR de Montalvo e Estações Elevatórias de Santa Margarida da Coutada, caso contrário, achava os valores bastante exagerados. -----

Solicitou a Palavra O Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que desconhecia o contrato que

tinha sido feito com a empresa para a prestação daqueles serviços, no entanto, pretendia saber se já estava formalizado e qual o tipo de serviço a prestar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que compreendia as questões apresentadas, no entanto, o que estava em discussão era a autorização para o Presidente da Câmara Municipal poder ou não, assumir compromissos plurianuais. Quanto às questões apresentadas, referiu que o procedimento estava adjudicado, faltando assinar o contrato. Logo que o processo estivesse concluído, seria enviado a todos os Deputados Municipais, assim como, o Caderno de Encargos. Referiu ainda, que a nível ambiental, existiam atualmente um conjunto de exigências muito diferentes de há dez anos no respeitante à manutenção das ETAR`s e Estações Elevatórias. Atualmente, o Município não dispunha de técnicos que pudessem dar resposta do ponto de vista técnico àqueles serviços. A fiscalização ambiental era cada vez mais rigorosa, não podendo esta tarefa ser desenvolvida apenas por Assistentes Operacionais. Nem o Município possuía técnicos que lhes dessem o devido suporte. Tinha sido aquela a principal razão pela opção de contratarem uma empresa exterior para aqueles serviços. -- Voltou a solicitar a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para reafirmar que para a conservação dos equipamentos, seria muito menos oneroso o Município ter um corpo operacional, que entregar os serviços a uma empresa privada. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo aprovado por maioria, com: três votos contra da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e, quinze votos a favor da Bancada do Partido Socialista e da Bancada do CHEGA. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou uma Declaração de Voto. Fica a constituir (**ANEXO II**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL Nº5/2025 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de uma atualização ao Mapa de Pessoal, com incidência no seguinte: - Lugares que tinham consolidado a mobilidade; atualizações por motivo de aposentações; adequação a algumas licenciaturas de acordo com a classificação Nacional na área da educação, assim como, alguns lugares a prover. -----

H
abg.
Tay

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir, que a falta de mecânicos vinha causando alguns constrangimentos nos serviços do Município, uma vez que, o funcionário tinha saído em mobilidade. Pretendia saber, se estava prevista a sua substituição. Não estando prevista, qual era a solução para a resolução dos diversos problemas que ultimamente vinham acontecendo naquele setor. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do CHEGA, para referir que em sua opinião, a Lei da mobilidade acarretava enormes prejuízos às Autarquias Locais. Era seu entendimento, que deveria ser dirigida ao poder central uma manifestação de desagrado, pela situação criada com a referida Lei. Referiu ainda, como é que um funcionário de um Município, fazendo falta ao mesmo, conseguia com tanta facilidade transferir-se para outro organismo do Estado “dando como exemplo, as diversas transferências do Município para o Campo Militar de Santa Margarida”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão do Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, no respeitante ao mecânico, referindo que o assunto estava a ser avaliado pelo executivo. Lembrou ainda, que existia um funcionário encarregue em sinalizar e reportar as situações do dia a dia, ocorridas com as viaturas do Município. Sobre a questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do CHEGA, concordava que se tratava de um sério problema a saída de funcionários, nomeadamente, de Assistentes Operacionais, para Unidades Militares. Se em determinadas situações o parecer podia ser negativo, noutras situações, como de concursos normais, não podia impedir a sua saída. - Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º3/2025 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do assunto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a revisão ao orçamento visava contemplar três situações: - A revisão respeitante à eficiência energética na Piscina; a requalificação do Largo da Rua Grande em Constância “dois investimentos que já não teriam execução em dois mil e vinte e cinco” e, o reforço de 165.000,00€ (Cento e sessenta e cinco mil euros), para o Centro Escolar de Montalvo “uma obra construída em parte com financiamento comunitário, e outra parte com recurso ao

H
A.S.
M

crédito bancário pelo Município”. No encerramento do quadro comunitário de apoio, a obra do Centro Escolar, tinha sido reforçada no montante acima referido e, era entendimento técnico, que aquele valor deveria servir para amortizar uma parte do empréstimo contraído, evitando o duplo financiamento. Eram estas as alterações propostas na Revisão Orçamental. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Dias Domingos, do CHEGA, para referir que a sua Bancada tinha reparado que existia um item referente à eficiência energética da Piscina Municipal, com um valor de meio milhão de euros. Por ser um valor considerado exorbitante, pretendiam saber qual a razão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Virgílio Manuel Rosa André, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que em nove de abril de dois mil e vinte e um, tinha sido aprovado por unanimidade, aquela verba para a eficiência energética na Piscina. Questionava, qual a razão de, passados quatro anos, não se ter avançado com a obra. Também pretendia saber o que é que estava pensado para o efeito. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à última questão, sobre a eficiência energética da Piscina, referindo o seguinte: - Em dois mil e dezassete, no Quadro Comunitário anterior, o Município tinha apresentado uma candidatura para a eficiência energética da Piscina. A referida candidatura tinha transitado para o seu mandato ainda em dois mil e dezassete e, tinha sido reprovada por questões técnicas. O valor previsto não tinha sido utilizado. No novo Quadro Comunitário de Apoio, que se prolongaria até ao ano de dois mil e vinte e nove, tinha sido incluída novamente a eficiência energética da Piscina Municipal. A Obra contemplava a substituição de todos os equipamentos, tais como: Caldeiras, telhado, teto falso, etc. O projeto estava feito, a candidatura submetida e aprovada com financiamento a 85% (oitenta e cinco por cento) pelo Quadro Comunitário. Por imperativo da Lei, iriam fazer a revisão do projeto e o posterior lançamento da empreitada em concurso público, já no início do próximo ano. --- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quinze votos a favor da Bancada do Partido Socialista e da CDU-Coligação Democrática Unitária e, três abstenções da Bancada do CHEGA. -----

PONTO 7 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – PARA DELIBERAÇÃO -----

Tratando-se de uma eleição específica para Presidentes de Junta de Freguesia e, estando

A
al.
104

os mesmos incluídos no Grupo Municipal do Partido Socialista, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a líder da Bancada, qual o Presidente de Junta de Freguesia proposto. -----

A líder da Bancada do Partido Socialista, indicou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, José Manuel Ricardo. -----

Feita a votação através de escrutínio secreto, foi eleito o Presidente de Junta de Freguesia proposto, com 15 (quinze) votos SIM e 3 (três) votos BRANCOS. -----

PONTO 8 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -----

Tal como no ponto anterior, tratando-se de uma eleição específica para os Presidentes de Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a líder da Bancada do Partido Socialista, qual o Presidente de Junta Proposto. -----

A líder da Bancada do Partido Socialista, propôs a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Luísa Cartaxo Manique. -----

Feita a votação através de escrutínio secreto, foi eleita a Presidente de Junta de Freguesia proposta, com 15 (quinze) votos SIM e 3 (três) votos BRANCOS. -----

PONTO 9 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA -----

Na continuidade dos pontos anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a líder da Bancada do Partido Socialista, qual o Presidente de Junta proposto.

A líder da Bancada do Partido Socialista propôs o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

Feita a votação através de escrutínio secreto, foi eleito o Presidente de Junta proposto, com 15 (quinze) votos SIM e 3 (três) votos BRANCOS. -----

PONTO 10 – ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMT -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por explicar que cada Bancada poderia apresentar uma lista com dois Deputados Municipais efetivos e um suplente. Foi definida a letra do alfabeto para cada lista, ficando assim ordenado: Partido Socialista – “Letra A”; CDU-Coligação Democrática Unitária – “Letra B”; CHEGA – “Letra C”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os Presidentes de Junta de Freguesia não participariam na votação por não terem sido eleitos para a Assembleia, ocupando o lugar por inerência. Feita a votação, através de escrutínio secreto, o resultado foi o seguinte: Lista A – 9 (nove) Votos; Lista B – 3 (três) Votos; Lista C – 0 (zero) Votos.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Foram ainda apurados três votos brancos. -----

Aplicado o método de hondt, foram eleitos para a Assembleia Intermunicipal da CIMT, os elementos eleitos pela “Lista A” apresentada pela Bancada do Partido Socialista, com a seguinte composição: 1º Elemento – António Luís Fernandes Mendes; 2º Elemento – Isabel Maria Farinha Albino da Costa; Suplente – Carlos José Pancadares de Sousa Lopes. ----

PONTO 11 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE – ACES DO MÉDIO TEJO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar algum nome. -----

As Bancadas da CDU-Coligação Democrática Unitária e do CHEGA, não apresentaram qualquer nome. -----

A Bancada do Partido Socialista, apresentou o Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio. -----

Feita a votação através de escrutínio secreto, foi eleito o elemento proposto pela Bancada do Partido Socialista, com o seguinte resultado: 15 (quinze) Votos SIM; 3 (três) Votos BRANCOS. -----

PONTO 12 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS AUTARCAS DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se tinham algum nome para apresentar: -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, respondeu negativamente. -----

A Bancada do CHEGA, apresentou o nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, José Manuel Ricardo. -----

A Bancada do Partido Socialista, apresentou o Senhor Márcio Edgar Farinha Pinto, Vogal da Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada. -----

Definidas as Listas para votação, Partido Socialista “Lista A”; CHEGA “Lista B”. -----

Feita a votação através de escrutínio secreto, o resultado foi o seguinte: “Lista A” - 11 (onze) Votos; “Lista B” - 3 (três) Votos; verificaram-se ainda, 3 (três) Votos BRANCOS e 1 (um) Voto NULO. -----

Foi eleito, o elemento proposto pela Bancada do Partido Socialista, Senhor Márcio Edgar Farinha Pinto. -----

PONTO 13 – DESIGNAÇÃO DE UM ELEMENTO REPRESENTANTE DE CADA FORÇA POLÍTICA COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que se tratava de uma designação, não sendo objeto de qualquer votação, solicitando a cada Bancada o seu representante. –



A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, indicou o Senhor Deputado Municipal, Rui Manuel Ferreira. -----

A Bancada do CHEGA, indicou o Senhor Deputado Municipal, Vasco Luís Vieira Botelho de Sousa. -----

A Bancada do Partido Socialista indicou o Senhor Deputado Municipal, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes. -----

PONTO 14 – DESIGNAÇÃO DE TRÊS ELEMENTOS A INDICAR PELAS TRÊS FORÇAS POLÍTICAS COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA, PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE; ---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a referir que se tratava de uma designação, questionando as três Bancadas quais os elementos que indicavam. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, indicou a Senhora Deputada Municipal, Ângela Sofia Alves Grilo. -----

A Bancada do CHEGA, indicou a Senhora Deputada Municipal, Gabriela Alexandra Peixinho Duarte. -----

A Bancada do Partido Socialista, indicou a Senhora Inês Sofia Bento Alves Amaro, Presidente da Juventude Socialista do Concelho de Constância. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura da Minuta da Ata. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes pudessem produzir efeitos imediatos. -----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e dez minutos. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal e, para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata, a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



Ana Paula Ramos Beirão

MARIA INES BATISTA DE OLIVEIRA

DECLARAÇÃO DE VOTO

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2025/2029

Pese embora a reunião efetuada entre os representantes das três forças políticas representadas nesta Assembleia e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, onde foram levantadas as questões abaixo descritas, a bancada da CDU, mesmo **votando favoravelmente** o Regimento da Assembleia Municipal de Constância, não quer deixar de registar aspetos que entende que poderiam melhorar o conteúdo do documento de forma a tornar mais acessível a participação dos munícipes, o escrutínio e a discussão no seio desta Assembleia.

No nº 5 do ARTIGO 14º onde se lê “As sessões da Assembleia Municipal podem ser transmitidas em direto e gravadas através de meios digitais”, e dado a pouca afluência e participação de público, consideramos que, a obrigatoriedade da transmissão em direto poderia ser um bom veículo de informação a toda a Comunidade Concelhia e não só.

Lembramos que, hoje praticamente todos os Concelhos do Médio Tejo disponibilizam esta transmissão em direto.

A bancada da CDU- Coligação Democrática Unitária, gostaria de ter visto plasmado no ARTIGO 19º do documento, um número que possibilitasse ao cidadão que interviesse, caso assim o desejasse, **uma resposta à resposta** do representante camarário ou de outro qualquer eleito, para dissipar dúvidas.

Quanto ao nº 1 do ARTIGO 23º sobre a dotação de 60 minutos de discussão para cada ponto da Ordem de Trabalhos lembramos que, se existem pontos em que 15 minutos são suficientes, outros, como os Planos, Orçamentos e Prestação de Contas, em que o período de sessenta minutos ficará muito aquém do necessário.

É justo reconhecer, não só relativamente aos pontos referidos, mas também, a todo o funcionamento da Assembleia, a flexibilidade do atual Presidente da Assembleia na direção dos trabalhos e reafirmada na reunião entre os representantes partidários. No entanto, uma coisa é a boa vontade do Presidente, outra, bem diferente, é o documento pelo qual regemos o nosso funcionamento incluir de forma clara os direitos e deveres de cada um.

Os eleitos da CDU

Ángela Góalo

Unidade

Constância, 28 de novembro de 2025

PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS
PLURIANUAIS

DECLARAÇÃO DE VOTO

Como certamente foi por todos compreendido, no debate que acabámos de ter, os eleitos da CDU não estão contra a delegação de competências no Senhor Presidente de Câmara de forma a agilizar a gestão corrente da autarquia.


No entanto, a presente autorização que agrega os serviços de gestão das ETAR's e EE's de Águas Residuais, com o objectivo de contratar esses serviços a uma empresa privada, não deixa de ser para os eleitos da CDU uma má decisão no sentido que vai onerar substancialmente os cofres do município.

Lembramos que o município nunca teve mais de dois funcionários ligados a esta função, sendo que o valor de 66.780.00€ anuais, reflectidos no documento, (lembramos que na reunião de Câmara foram falados valores na ordem dos 90.000€) daria para o município contratar 3 funcionários.

È verdade que não temos a documentação relativa aos "procedimentos de contratação desenvolvidos" conforme refere o ponto 3 da informação técnica, não sabendo por isso se estão incluídos trabalhos de reparação da ETAR de Montalvo e EEs em Santa Margarida ou mesmo a limpeza de fossas ou desentupimento de condutas.

Face à informação disponibilizada, considerando esta decisão lesiva da gestão financeira da autarquia, os eleitos da CDU não poderiam ter outra opção que não o voto contra esta Proposta de Delegação de Competências de Autorização de Compromissos Plurianuais por nela vir reflectida a entrega da gestão da ETAR de Montalvo e EEs de Santa Margarida a uma empresa privada.

Os eleitos da CDU


Angela Seixo
Ludiz

Constância, 28 de Novembro de 2025